



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

RESUMO SEMANAL

03 a 07 de março
2025

Resumo Semanal



Cenário Político

Com o fim do Carnaval, o Congresso Nacional retoma suas atividades com uma agenda extensa e temas prioritários. O principal desafio será a aprovação do Orçamento de 2025, que ficou travado devido a disputas sobre emendas parlamentares. Após decisão do STF estabelecendo novas regras de transparência, o relatório final deve ser votado em 18 de março.

Na área econômica, o governo aposta na ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil como estratégia para recuperar a popularidade de Lula. Também será discutida a regulamentação da segunda fase da reforma tributária, que trata da gestão do novo imposto sobre consumo (IBS). Outros projetos incluem medidas para combater supersalários e regulamentar exceções ao teto do funcionalismo público.

No campo político, a oposição tenta impulsionar a proposta de anistia a condenados pelos atos golpistas de 2023 e uma mudança na Lei da Ficha Limpa, reduzindo o período de inelegibilidade para políticos condenados por abuso de poder. O ex-presidente Jair Bolsonaro está inelegível sob essas regras e pressiona aliados para avançar a proposta.

A segurança pública e as regras eleitorais também estarão no centro dos debates. O Planalto busca apoio para uma PEC que integra as forças de segurança, enquanto deputados e senadores discutem reformas no sistema eleitoral, incluindo a implementação do modelo distrital misto para eleição de deputados e vereadores e a aprovação de um novo Código Eleitoral.

Além dessas pautas, haverá negociações sobre o funcionamento interno do Congresso, incluindo a distribuição de comissões e mudanças no regimento da Câmara, que podem alterar a forma de eleição dos presidentes das comissões e o uso do regime de urgência na tramitação de projetos. A retomada das comissões mistas para análise de medidas provisórias também será tema de debate, após disputas entre Câmara e Senado nos últimos anos.

União Brasil e PP avançam em federação

As negociações entre União Brasil e PP para a formação de uma federação avançaram significativamente, segundo lideranças das siglas. O presidente do União, Antonio Rueda, e o senador Ciro Nogueira (PP) tiveram uma reunião considerada positiva, restando apenas a definição do estatuto e a aprovação dos deputados. Caso a aliança se concretize, aumentam as chances de o União deixar o governo Lula, onde ocupa três ministérios. Nogueira já pressiona pela saída do PP do Ministério dos Esportes e pode adotar a mesma estratégia para o União. Apesar de membros da legenda, como o ministro Celso Sabino, defenderem a permanência no governo e até uma possível aliança com Lula em 2026, Rueda tem sinalizado proximidade com a oposição, evidenciada por sua recente visita a Jair Bolsonaro.

Acordo de Cooperação Policial

O Governo Federal assinou um acordo de cooperação entre a Polícia Federal e a Europol para fortalecer o combate ao crime transnacional. O documento, assinado pelo ministro Ricardo Lewandowski e pelo comissário europeu Magnus Brunner, estabelece uma parceria estratégica entre Brasil e União Europeia, garantindo proteção de dados e direitos fundamentais. O Brasil torna-se o terceiro país, após Reino Unido e Nova Zelândia, a firmar esse tipo de parceria. O acordo permitirá a troca de informações e investigações conjuntas sobre tráfico de drogas, crimes ambientais, tráfico de pessoas e abuso sexual infantil, reforçando a cooperação internacional no enfrentamento ao crime organizado.

Direita se movimenta para 2026

Ainda desorganizada para as eleições de 2026, a direita busca reduzir o número de pré-candidatos. Inelegível, Jair Bolsonaro mantém seu nome no debate, mas pode apoiar um de seus filhos. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), anunciou pré-candidatura com Gustavo Lima, mas sem definir quem será cabeça de chapa. Romeu Zema (Novo) tenta se viabilizar como outsider, enquanto Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ratinho Jr. (PSD) aguardam aval de Bolsonaro.

A indefinição na direita gera disputas internas, e a ala governista do União Brasil resiste à candidatura de Caiado. Bolsonaro também não sinaliza apoio claro, o que pode levar Flávio ou Eduardo Bolsonaro à disputa. Paralelamente, Zema investe em um marqueteiro para ampliar sua visibilidade nacional. Apesar de boa avaliação em seus estados, os governadores de direita ainda enfrentam desafios para se consolidar como alternativas viáveis ao Palácio do Planalto.

Possível Nomeação de Boulos

A possível nomeação de Guilherme Boulos (Psol-SP) para a Secretaria-Geral da Presidência tem gerado divisões entre aliados do governo e forte rejeição na oposição. A especulação sobre o nome de Boulos, como parte da reforma ministerial de Lula, é vista com ceticismo por alguns governistas, como o deputado Nilto Tatto (PT-SP), que acredita que sua vinculação ao Psol poderia dificultar o diálogo com organizações da sociedade civil. Glauber Braga (Psol-RJ) também destacou que a mudança só será significativa se vier acompanhada de uma política econômica mais voltada para a base social que elegeu Lula.

Na oposição, a possível nomeação é amplamente rejeitada, com figuras como o líder da oposição na Câmara, Zucco (PL-RS), argumentando que ela indica uma tendência ao "radicalismo" no governo. O presidente do PP, Ciro Nogueira, também criticou a escolha, associando-a à falta de rumo do governo. Boulos, por sua vez, rebateu as críticas nas redes sociais, com uma troca de alfinetadas também envolvendo o deputado Gustavo Gayer (PL-GO), que o chamou de radical. Boulos respondeu lembrando um acidente de trânsito do parlamentar.

Tragédia de Mariana

O Supremo Tribunal Federal (STF) tomou duas decisões recentes que podem levar mais municípios afetados pela tragédia de Mariana a aderirem ao acordo de indenização bilionário com a Vale e a BHP. O acordo, homologado em novembro, prevê o pagamento de R\$ 170 bilhões em indenizações, sendo R\$ 6,1 bilhões destinados aos municípios afetados. No entanto, muitos prefeitos consideram esse valor insuficiente e buscam compensações maiores, especialmente por meio de processos em andamento no exterior, como o processo na Inglaterra que pede R\$ 50 bilhões.

Na quarta-feira (5), o ministro Flávio Dino determinou que os municípios não podem usar o dinheiro do acordo para contratar advogados fora do Brasil, e, na manhã de hoje (6), o ministro Luís Roberto Barroso rejeitou o pedido de extensão do prazo de adesão ao acordo. Atualmente, 25 dos 49 municípios afetados assinaram o acordo, enquanto outras cidades, como Mariana e Governador Valadares, ainda estão negociando. Com as decisões de Barroso e Dino, a tendência é que mais municípios aceitem as indenizações no Brasil, uma vez que a opção de continuar com processos no exterior pode prolongar ainda mais a disputa judicial.

Notícias da Semana



Câmara dos Deputados discute fim do Regime Jurídico Único dos servidores públicos

EXTRA



Lewandowski assina acordo de cooperação entre PF e União Europeia

CartaCapital



PEC da Segurança está pronta para ir ao Congresso', diz Lewandowski

veja



Paes decide retirar projeto que cria Força de Segurança para incluir guardas municipais na tropa armada

O GLOBO



Aliados de Gleisi defendem que ela peça licença e não renuncie

PODER 
360



Não houve reuniões nas Comissões do Senado.

Atendendo à solicitação dos partidos, as comissões não foram instaladas nesta semana.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*